



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
R\$ 1.821.391,33

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia **28/03/2024** às **08h30min** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:
ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:
SIM

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DANILO SALVALAGGIO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JORGE, faz saber pelo presente EDITAL, que está aberta a Licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, IN nº 73, de 2022 e, conforme o caso, Código Civil, do tipo **MENOR PREÇO**, e que, às **8H30 DO DIA 28 DE MARÇO DE 2024**, estará recebendo propostas e documentação para a licitação em destaque.

Maiores informações encontram-se à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de São Jorge/RS, na Avenida dos Imigrantes, nº 37, ou pelo telefone (54) 3271 111, ou ainda através do e-mail: admin@saojorge.rs.gov.br.

1 – OBJETO

1.1 - A presente licitação objetiva a aquisição de MEDICAMENTOS.

1.2 - Não serão aceitos medicamentos e material ambulatorial similares e de manipulação, somente éticos e genéricos.

1.3 – Os medicamentos deverão ser entregues nas formas, quantidades, local e prazos estabelecidos, atendendo as especificações constantes neste edital e seus anexos, sob pena de não recebimento dos mesmos ou, após o recebimento, com procedimento de devolução.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

1.4 – Fica a cargo da empresa vencedora a entrega dos itens nos locais onde o Município indicar.

1.5 – As quantidades possíveis de serem contratadas são as informadas, no ANEXO I, deste edital.

1.6 – Os quantitativos indicados no ANEXO I deste edital são meramente estimados, não acarretando qualquer obrigação quanto a sua contratação por parte desta municipalidade.

1.7 – Tudo deverá ser executado nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.8 – Os medicamentos deverão ser entregues nos locais indicados na ordem de fornecimento, dentro do limite territorial de SÃO JORGE/RS, nos horários de 07:30h às 11h e 13:00h às 16:30h.

1.9 – O prazo de validade dos produtos não poderá ser inferior 12 meses, sob pena de não serem recebidos ou, após recebidos e constatada a irregularidade, devolvidos.

1.10 - Os medicamentos licitados deverão ser entregues da seguinte forma:

1.10.1 – 50% da totalidade dos medicamentos licitados deverão ser entregues em 15 (quinze) dias corridos a contar da assinatura do contrato administrativo;

1.10.2 – Os 50% restantes serão entregues mediante solicitação diante da necessidade do contratante, devendo ser entregues em 15 (quinze) dias corridos a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

1.11 – Caso a CONTRATADA não emita o comprovante imediato da ordem de fornecimento expedida pelo Município, para fins de cumprimento do item anterior, considerar-se-á como recebida a ordem no primeiro dia útil seguinte a data do envio.

2 - DIVULGAÇÃO DO EDITAL

2.1 - O edital será publicado, no máximo, até o dia 14/03/2024.

2.2 - Data/Hora limite para recebimento de propostas juntamente com os documentos de habilitação exigidos no edital: 28/03/2024, às 08h30min.

2.3 - Data/Hora da Abertura das Propostas: 28/03/2024, às 08h30min.

2.4 – Local de realização da sessão: Centro Administrativo Municipal de São Jorge/RS.

2.5 - Endereço eletrônico para formalização de questionamentos e impugnações: **secadmin@saojorge.rsgov.br**.

2.6 - Todas as referências de tempo deste certame observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.



3 - DA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Como requisito para participação neste Pregão Presencial, o licitante deverá efetuar o credenciamento junto ao Pregoeiro até o início da sessão de abertura das propostas, nos termos deste edital.

3.2. – Para participação no certame as empresas licitantes deverão apresentar, fora dos envelopes, ao Pregoeiro, os seguintes documentos, para fins de credenciamento:

3.2.1 – Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação no processo.

OBS: A manifestação falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital sem prejuízo às demais cominações legais.

3.2.2 - Os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar declaração subscrita pelo representante legal ou pelo contador de que se enquadram nessa(s) categoria(s).

3.2.3 – Documento de identidade com foto e, se for o caso, procuração, do representante legal da empresa participante no certame.

3.4 - A ausência da declaração prevista no item 3.2.2 deste edital, naquele momento, significará a desistência da microempresa ou empresa de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar nº 123/2006.

3.5 - Não poderão participar deste Pregão as licitantes:

a) suspensas de participar de licitação ou impedidas de contratar com este Município, com fulcro no art. 156, III, da Lei Federal nº 14.133/2021;

b) sob processo de falência, dissolução ou liquidação;

c) declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública em qualquer esfera de governo, com fulcro no art. 156, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;

d) proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei Federal nº 9.605/98;

e) proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92;

f) cujos objetos sociais não sejam compatíveis com o objeto deste Pregão Presencial.

g) que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

h) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si, nos termos do art. 14, V, da Lei 14.133/2021.

i) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, nos termos do art. 14, VI, da Lei 14.133/2021.



3.5.1) Aplicam-se, no que couber, os demais incisos dispostos no art. 14 da Lei Federal 14.133/2021.

4 – DO ENVIO DAS PROPOSTAS

4.1 - A partir da publicação/divulgação deste Edital, até a data e o horário previstos no item 2.2, os que desejarem participar poderão encaminhar as propostas e documentos de habilitação (ou retirar aquelas já enviadas) para o(s) lote(s) de interesse.

4.1.1 – As propostas e os documentos que a compõe deverão ser apresentadas em invólucro lacrado e protocolado junto ao setor competente no Centro Administrativo Municipal, identificado na sua parte externa, sugerindo-se a seguinte descrição:

ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA FINANCEIRA
AO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2024
EMPRESA:
CNPJ:

4.2. A proposta deverá ser apresentada OBRIGATORIAMENTE, sob pena de desclassificação do certame, em meio digital.

4.2.1. – Para apresentação de propostas em meio magnético “cd ou pen drive”, as empresas deverão baixar do site: www.cittainformatica.com.br, o sistema de digitação de propostas versão 2.4.

4.2.2 – As empresas deverão entrar em contato via telefone com o setor de licitações do Município para solicitar o envio do arquivo com os itens para digitação das propostas em meio magnético.

4.2.3 – As empresas deverão sanar junto à Prefeitura, possíveis dúvidas quanto a forma de apresentação das propostas em meio magnético “cd ou pen drive”.

4.3 - O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e das especificações técnicas previstas neste Edital.

4.4 - A proposta de preço deverá ser apresentada nos termos do Anexo I, devendo constar, sob pena de desclassificação, o VALOR UNITÁRIO E TOTAL POR ITEM, expresso em moeda corrente nacional (Real).

4.5 É obrigatório indicar a marca, o nº de registro na ANVISA E A QUANTIDADE DE COMPRIMIDOS, CÁPSULAS, FRASCOS, AMPOLA, UNIDADE ETC, POR CAIXA, dos medicamentos que exigem tal registro, sob pena de desclassificação do item da respectiva proposta.

4.6 – A licitante poderá cotar medicamentos de até 2 (dois) laboratórios diferentes, desde que o preço cotado será o mesmo para os 2 (dois) laboratórios.

4.6.1 - Será constado nas Notas de empenho o nome dos laboratórios.



4.7 – Deverá ser anexada à proposta a Declaração de que a proposta econômica da empresa compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo Anexo II. Caso esta declaração não seja apresentada, a empresa restará desclassificada.

4.8 Considerando o disposto no Art. 59, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021, a análise da conformidade das propostas se dará após o encerramento da sessão de lances e exclusivamente em relação ao licitante mais bem classificado após a disputa. Desta forma, todos os documentos exigidos no momento da proposta serão analisados somente após o encerramento da sessão de lances, exclusivamente em relação ao licitante mais bem classificado na disputa.

4.9 – Nos preços propostos serão considerados todos os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, materiais, embalagens, fretes, seguros, tarifas, descarga, transporte, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os produtos, objeto desta licitação, não sendo aceitas quaisquer reivindicações de pagamento adicional por erro ou má interpretação da licitante.

4.10 – Entende-se por encargos referentes à proposta os tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria), contribuições fiscais e para-fiscais, emolumentos, os instituídos por leis sociais, administração, lucros, máquinas e ferramental, transporte de material, de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste edital.

4.11 - Somente será admitida proposta para o quantitativo total estimado do item.

4.12 - Deverão constar na proposta todos os dados da empresa, tais como razão social, CNPJ, endereço completo, número de telefone, e correio eletrônico.

4.13 – Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a aquisição do objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação por parte da licitante.

4.14 - O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Caso a empresa não informe este prazo em sua proposta, será considerado automaticamente como sendo 60 (sessenta) dias.



5 - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1 - A partir do horário previsto para a abertura das propostas terá início a sessão pública do Pregão, quando o Pregoeiro verificará o devido credenciamento das empresas e as propostas apresentadas, classificando aquelas que atendam ao Edital e desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos.

5.2 - As propostas classificadas serão ordenadas e o Pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão apresentar lances verbais e sucessivos.

5.3 - Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

6 - DA DISPUTA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

6.1 – O modo de disputa será aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, nos termos do art. 56, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

I – O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances poderá ser definido pelo pregoeiro no início da disputa de cada um dos itens, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

6.2 - A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento, de seu registro e valor.

6.3 - O licitante poderá oferecer lances sucessivos e somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele e pelo competidor detentor do melhor lance naquele momento.

6.4 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for efetuado em primeiro lugar.

6.5 - Durante o transcurso da disputa, os licitantes serão informados sobre o valor do menor lance registrado.

6.6 – Caso o licitante perceba que ofereceu valor incorreto deverá, imediatamente, solicitar o cancelamento do último lance diretamente ao Pregoeiro.

I – Não serão aceitas solicitações de desclassificação ao final da sessão.

II – Somente será anulado o último lance ofertado pela empresa, levando-se em consideração a justificativa de erro no momento da oferta do valor. Não serão anulados lances anteriores a este.

6.7 - Encerrada a sessão pública o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de oferecimento de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.8 - Encerrada a etapa de oferecimento de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurado, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado a declaração, de que trata o item 3.2.2 deste Edital.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

6.9 - Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

6.9.1 - Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese, para a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea “a” deste item.

6.10 - O disposto no item 6.8 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

6.11 - Se não houver licitante que atenda ao item 6.9 e seus subitens, serão observados os critérios do art. 60 da Lei 14.133/2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.11.1 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.12 - Encerrada a etapa de oferecimento de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o Pregoeiro poderá solicitar contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

6.13 - Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor de referência da Administração.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

6.14 – Todos os licitantes participantes e classificados para o item devem estar cientes que, caso a licitante detentora do menor valor vier a ser desclassificada, o Pregoeiro procederá a renegociação do lote com a próxima classificada, obedecendo a ordem de classificação.

I – O valor partirá do último lance ofertado pela empresa ora classificada.

II – Não será aceita solicitação de desclassificação nesta etapa.

6.15 - Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

7 - DO JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

7.1 – Considerando o disposto no Art. 59, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021, a análise da conformidade das propostas se dará após o encerramento da sessão de lances e exclusivamente em relação ao licitante mais bem classificado após a disputa.

7.2 - Será desclassificada a proposta que:

- a) não atender a todos os requisitos exigidos no item 4 deste Edital;
- b) contiver opções alternativas;
- c) divergir dos termos deste edital;
- d) omitir-se em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- e) contiver vícios insanáveis;
- f) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação, mesmo após negociação;
- g) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- h) se opuser a qualquer dispositivo legal vigente.

7.3 - Serão desconsideradas, para efeito de julgamento, vantagens não previstas neste Edital.

7.4 - Em caso de divergência entre valores numerais e valores por extenso, prevalecerão estes últimos, entre unitários e totais, os primeiros.

8 - DA HABILITAÇÃO

8.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);

d) Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

8.2 - O licitante deverá apresentar até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, os documentos a seguir relacionados, em invólucro lacrado e protocolado junto ao setor competente no Centro Administrativo Municipal, identificado na sua parte externa, sugerindo-se a seguinte descrição:

ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
AO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2024
EMPRESA:
CNPJ:

8.3 – As empresas licitantes deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação, em vigor na data de abertura da Sessão Pública do Pregão:

I – Qualificação técnica.

a - Registro Comercial, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações, se houver, devidamente, registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor.

a.1 - A licitante poderá apresentar a versão consolidada do documento solicitado acima, devendo vir acompanhado de todas as alterações posteriores, caso houver.

a.2 – Somente serão habilitadas as empresas que apresentarem, além de toda a documentação exigida, ramo pertinente ao objeto desta licitação no seu objeto social (Ato Constitutivo).

b - Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) de medicamentos e/ou insumos farmacêuticos;

c - Autorização Especial (AE) para as empresas que comercializarem medicamentos com substâncias sujeitas a controle especial ou com os medicamentos que as contenham;

d - Alvará Sanitário Municipal;

e - Certidão de Regularidade (CR) emitida pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF);

f - Comprovação de autorização de Funcionamento da empresa emitida pela ANVISA, com a respectiva publicação no Diário Oficial da União, comprovando estar dentro do prazo de validade.

g - Autorização Especial de Funcionamento, para medicamentos da Portaria nº 344/98; (somente para as empresas que cotarem os produtos que se enquadram na referida portaria).

II – Habilitação Fiscal:

a – Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

União, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, em vigor.

b – Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, em vigor.

c – Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal da sede do licitante, em vigor, conforme legislação tributária do Município expedidor da empresa que ora se habilita para este certame. As Certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter a data de expedição não superior a 06 (seis) meses.

d - Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do Município de São Jorge, em vigor, que poderá ser obtida diretamente pelo site do Município no endereço <https://www.saojorge.rs.gov.br/>. Caso algum licitante não consiga obter a Certidão através do site do Município, poderá solicitá-la diretamente por telefone, junto ao setor competente de Tesouraria.

e – Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, em vigor, demonstrando a situação regular ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

III - Regularidade Trabalhista

a) Prova de Inexistência de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme determinação da Lei Federal n.º 12.440/2011, em vigor.

IV – Qualificação Econômico-Financeira:

a – Certidão Negativa de Falência e Concordata / Recuperação Judicial, em vigor, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. As certidões, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter a data de expedição não superior a 90 (noventa) dias.

V – Declarações:

a – Declaração da licitante, de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, (modelo anexo V), sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, assinada por representante(s) legal(is) da empresa.

b – Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, (modelo anexo VI), assinada por representante(s) legal(is) da empresa.

c - Declaração da licitante indicando endereços eletrônicos para recebimento de eventuais contatos necessários, inclusive notificações administrativas, imposição de penalidade e outros, declarando se comprometer com o acompanhamento diário dos endereços eletrônicos, providenciando a confirmação de recebimento, devidamente assinada pelo(s) representante(s) legal(is), conforme modelo do anexo VII.

d - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no Art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e em outras normas, conforme modelo anexo VIII. Esta declaração deverá ser adaptada caso a empresa se submeta ao regramento contido no Art. 93 da Lei nº 8.213/1991 ou não, conforme opções constantes no modelo.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

e – Declaração da licitante de que não que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, conforme art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021, conforme modelo anexo IX.

8.4 – Do uso dos benefícios Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

I – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, assim classificadas no momento oportuno de credenciamento farão uso dos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

II – A microempresa e a empresa de pequeno porte, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, tais como: **INSS, FGTS, RECEITA FEDERAL, RECEITA ESTADUAL, RECEITA MUNICIPAL**, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá à convocação para a apresentação dos documentos de habilitação, podendo este prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pela licitante durante o transcurso do respectivo prazo. A não regularização da documentação, no prazo, implicará na decadência do direito à contratação.

III – A microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, deverá apresentar todos os documentos de regularidade fiscal e trabalhista no momento da fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição. Se não apresentar qualquer um dos documentos fiscais, tais como: **INSS, FGTS, RECEITA FEDERAL, RECEITA ESTADUAL, RECEITA MUNICIPAL**, mesmo com restrições, a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, será automaticamente inabilitada.

8.5 – Das autenticações e cópias dos Documentos

I – Os documentos apresentados na forma de cópias reprográficas deverão estar autenticados, exceto os emitidos via internet.

II - A autenticação dos documentos feita por servidor municipal somente será realizada **mediante apresentação do documento original**.

III - Caso a licitante não autentique os documentos nesta Prefeitura, deverá fazê-lo em cartório, ou poderá apresentar declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, conforme permissivo constante no art. 12, IV, da Lei 14.133/21.

IV – Não serão feitas cópias de documentos na Prefeitura.

8.6 - Da apresentação dos documentos

Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação devem:

a) - Estar em nome da matriz se a licitante for a matriz.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

b) - Estar todos em nome da filial se a licitante for filial, salvo aqueles documentos que são legalmente válidos tanto para matriz como para filial.

c) - Deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente, se a licitante for a matriz e fornecedora dos produtos for a filial.

8.7 – Do consórcio

Não é permitido Consórcio entre empresas.

8.8 – Inabilitação

Serão inabilitadas as empresas que não atenderem as exigências de habilitação contidas neste edital ou as que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente.

9 - ESCLARECIMENTO, IMPUGNAÇÃO E RECURSO

9.1 - Quaisquer informações, esclarecimentos e dúvidas decorrentes da interpretação do Edital poderão ser solicitadas por escrito até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para o recebimento das propostas na Avenida Dos imigrantes, 37, ou pelo telefone 3271 11 12, e ainda através do e-mail: secadmin@saojorge.rs.gov.br.

9.2 - Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa, empresas e outros poderão impugnar o ato convocatório do pregão.

9.3 - As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para o recebimento abertura das propostas. As solicitações mencionadas no subitem 9.2, deverão ser encaminhadas por meio eletrônico via internet para o endereço secadmin@saojorge.rs.gov.br.

9.4 - As impugnações e os pedidos de esclarecimentos apresentados fora de prazo serão recebidos como mero exercício do direito de petição.

9.5 – Declarado o vencedor, ou proclamado o resultado sem que haja um vencedor, abrir-se-á prazo para qualquer licitante manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso contra ato praticado no certame, podendo qualquer licitante inconformada com o resultado, registrar em ata as razões de interpor recurso. Caso haja recurso, os interessados poderão apresentar as razões do recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

I – O tempo para manifestação de intenção de recurso será de 2 minutos.

II – A manifestação de recurso deve ser feita por pedido verbal, diretamente ao Pregoeiro, que registrará na ata da sessão.

9.6 - O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

9.7 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.8 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

9.9 - A falta de manifestação imediata e motivada das licitantes ao término da sessão pública importará na decadência do direito de recurso e, conseqüentemente, dar-se-á a adjudicação do objeto da licitação à vencedora.

9.10 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

9.11 – Os recursos deverão ser protocolados junto ao setor competente de protocolo no Centro Administrativo Municipal, ou enviados através do e-mail secadmin@saojorge.rs.gov.br.

I – Não serão conhecidos recursos enviados por e-mail sem confirmação de recebimento ou entregues de outra forma que não seja aquela estabelecida neste edital.

II - Nos recursos e/ou impugnações serão avaliados o cabimento e a adequação, sendo que o mérito será julgado somente se preenchidos os requisitos intrínsecos de admissibilidade, quais sejam, interesse recursal, legitimidade e o pedido juridicamente possível, bem como os requisitos extrínsecos, e a tempestividade (tempo hábil para a interposição do recurso), entre outros.

9.12 - Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação para a licitante vencedora, que será convocada para assinar o Contrato, quando houver, no prazo estabelecido neste edital contados da devida convocação.

9.13 - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

I - Para definição dos prazos, será levado em consideração o horário de expediente da Prefeitura.

10 – DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante que ofertou o menor valor será declarada vencedora.

10.2 - Em caso de desatendimento às exigências para habilitação, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

10.3 - Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação para a licitante que ofertou o menor valor, sendo encaminhado o processo para homologação por parte do Prefeito Municipal.

10.5 - A aquisição do produto com o fornecedor que tem o menor preço registrado será autorizada pela Prefeitura, por intermédio de Contrato ou emissão de Nota de Empenho, sempre que houver necessidade de aquisição.



11. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO E DE ENTREGA

11.1 - A Administração, no prazo de até 05 (cinco) dias, convocará o vencedor para assinar o Contrato Administrativo, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

1.2 - O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada.

11.3 - Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis

11.4 - Decorrido o prazo de validade da proposta indicada, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

11.5 - Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos estabelecidos neste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.6 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

11.7 - Para todos os itens será avaliado o acondicionamento dos produtos no momento da entrega. Embalagens violadas, materiais manchados, sujos, danificados ou materiais com aparência duvidosa, diferente das especificações do edital, farão com que os mesmos não sejam aceitos.

11.8 - As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto referentes à temperatura, umidade, empilhamento, etc.

11.9 - As embalagens devem conter as respectivas bulas e demais exigências legais previstas para o cartucho e rotulagem, e, o texto de acordo com orientações do Ministério da Saúde e Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90).

11.10 - No caso de medicamentos sujeito a controle especial, as embalagens, os rótulos e bulas devem atender a Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998 e demais normas do Ministério da Saúde;

11.11 - As embalagens externas e internas deverão estar lacradas e conter o nome do medicamento, lote, data de fabricação e prazo de validade descritas em seu interior, em local de fácil visualização e demais especificações estabelecidas na RDC nº 71, de 22/12/2019;

11.12 - As embalagens primárias individuais dos medicamentos/produtos (ampolas, blisters, strips e frascos) e as embalagens secundárias dessas



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

apresentações devem apresentar: número de lote, data de fabricação e prazo de validade e demais especificações estabelecidas na RDC n° 71, de 22/12/2009;

11.13 - No caso de produtos acondicionados em bisnagas, estas deverão apresentar lacre de bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento. No caso de produtos acondicionados em frascos, estes deverão conter acompanhamento de aplicadores, quando for o caso;

11.14 - Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado e convenientemente selado.

11.15 – O prazo de validade dos produtos não poderá ser inferior 12 meses, sob pena de não serem recebidos ou, após recebidos e constatada a irregularidade, devolvidos.

11.16 - Os medicamentos licitados deverão ser entregues da seguinte forma:

11.16.1 – 50% da totalidade dos medicamentos licitados deverão ser entregues em 15 (quinze) dias corridos a contar da assinatura do contrato administrativo;

11.16.2 – Os 50% restantes serão entregues mediante solicitação diante da necessidade do contratante, devendo ser entregues em 15 (quinze) dias corridos a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

11.17 - O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável no local de entrega.

12 – DAS PENALIDADES

12.1 – O responsável será sancionado com o impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo de multa de 0,5% até 30% do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a – dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c – dar causa à inexecução total do contrato;
- d – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

j – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Para os fins da Subcondição “j” do subitem 11.1, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 337-F, 337-G, 337-I, 337-J e 337-K do Código Penal.

12.3 – No caso de incidência de uma das situações previstas neste edital, a licitante será notificada através do endereço eletrônico (e-mail) por ela informado no seu ato de vinculação ao certame; sendo que os prazos concedidos para manifestação fluirão, independentemente da confirmação de leitura da mensagem e serão concedidos conforme o caso, de acordo com o estabelecido na Lei Federal nº 14.133/2021.

13 – DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 – Somente poderão participar da Licitação, empresas legalmente constituídas e que estejam habilitadas e capacitadas a executar o seu objeto e que satisfaçam, integralmente, a todas as condições do Edital.

13.2 – A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, o cancelamento do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.3 – Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

13.4 – De todas as reuniões lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual se mencionará tudo o que ocorrer no ato. A ata será assinada pelo Pregoeiro e sua equipe e pelos representantes legais presentes devidamente credenciados.

13.5 – Agentes Públicos, assim considerados aqueles do art. 6º, V, da Lei nº 14.133/21, estão impedidos de participar deste certame licitatório, (tanto como membro da diretoria da empresa ou como do quadro de funcionários desta), por determinação do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21, tendo em vista a vedação expressa de contratar com o Município.

13.6 – É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente procedimento licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar da proposta.

13.7 – A participação na Licitação implica na aceitação integral e irrevogável pelas Licitantes, dos termos, cláusulas, condições e Anexos do Edital, que passarão a integrar a o Contrato como se transcrito, com lastro na legislação referida no preâmbulo da Licitação, bem como na observância das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento licitatório e execução do contrato.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

13.8 – A Administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar.

I – O presente processo licitatório poderá ser revogado se, no curso do certame, for verificado que o Termo de Referência contempla valores que não representam o efetivo valor de mercado para o objeto licitado; medida que se efetivará através de prévio e fundamentado despacho, sem que assista direito de indenização aos partícipes do certame.

13.9 – O documento legal de compromisso entre a licitante e a municipalidade será o “Contrato Administrativo” (Anexo IX).

13.10 - Para aquisição do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das dotações que se fizerem necessárias às compras.

13.11 - O trâmite do procedimento licitatório estará disponível no site do Município – www.saojorge.rs.gov.br – Portal da Transparência, – Informações sobre Licitações e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) sendo de responsabilidade exclusiva da licitante a obtenção ou consulta dos documentos disponibilizados.

13.12 – Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I	-	Relação de itens / Modelo de Proposta
Anexo II	-	Modelo Declaração de Integralidade de Custos
Anexo III	-	Modelo de Credenciamento
Anexo IV	-	Mod. Dec. De microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa
Anexo V	-	Modelo de declaração de Idoneidade
Anexo VI	-	Modelo de declaração de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII do CF
Anexo VII	-	Modelo Declaração Indicando Endereço Eletrônico.
Anexo VIII	-	Modelo Declaração de Reserva de Cargos
Anexo IX	-	Modelo de Declaração de Inexistência de Vínculo
Anexo X	-	Minuta de Contrato Administrativo

São Jorge/RS, 14 de março de 2024.

DANILO SALVALAGGIO
PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JORGE



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

Aprovado:
OAB/RS:
Advogado:

ANEXO I

FORMULÁRIO PROPOSTA

Nome da empresa (Razão Social): _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CNPJ: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Item	Descrição	Unid. medida	Quant.
1	ACEBROFILINA 50 MG/5ML	FRSC	500
2	ACETILCISTEINA 20 MG/ML XAROPE PEDIÁTRICO	FRSC	180
3	ACICLOVIR 200 MG	COMP	1.400
4	ACICLOVIR CREME	TB	100
5	ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG	COMP	45.000
6	ACIDO ACETILSALICILICO TAMPONADO 100 MG	COMP	8.500
7	ACIDO FOLICO 5 MG	COMP	4.000
8	ACIDO VALPROICO 500 MG	COMP	1.600
9	ALBENDAZOL 400 MG	COMP	600
10	ALBENDAZOL 40 MG/ML	SUSP	100
11	ALOGLIPTINA+METFORMINA 12,5+1000 MG	COMP	900
12	ALOGLIPTINA+PIOGLITAZONA 25/30 MG	COMP	1.200
13	ALOGLIPTINA 25 MG	COMP	390
14	ALOPURINOL 100 MG	COMP	6.000
15	ALOPURINOL 300 MG	COMP	6.500
16	ALPRAZOLAM 0,5 MG	COMP	3.200
17	ALPRAZOLAM 1 MG	COMP	900
18	ALPRAZOLAM 2 MG	COMP	1.650
19	AMBROXOL XAROPE PEDIÁTRICO 15 MG/5ML	FRSC	80
20	AMILORIDA+CLORTALIDONA 5/25 MG	COMP	1.690
21	AMILORIDA+HIDROCLOROTIAZIDA 5/50 MG	COMP	330
22	AMIODARONA 100 MG	COMP	2.300



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

23	AMIODARONA 200 MG	COMP	7.800
24	AMITRIPTILINA 25 MG	COMP	40.000
25	AMITRIPTILINA 75 MG	COMP	4.020
26	AMOXICILINA+CLAV. DE POTÁSSIO 400MG/ML+57/5ML-70ML	FRSC	150
27	AMOXICILINA 25 MG/5ML – 150 ML	FRSC	150
28	AMOXICILINA 500 MG	COMP	4.000
29	AMOXICILINA 875 MG+ CLAVULANATO 125 MG	COMP	6.800
30	ANLODIPINO+BENAZEPRIL 5/20 MG	CAPS	300
31	ANLODIPINO 10 MG	COMP	1.300
32	ANLODIPINO 5 MG	COMP	8.800
33	ANLODIPINO 2,5 MG	COMP	7.300
34	APIXABANA 5 MG	COMP	8.400
35	ARIPIPRAZOL 10 MG	COMP	2.100
36	ARIPIPRAZOL 20 MG	COMP	900
37	ATENOLOL 50 MG	COMP	4.800
38	ATENOLOL+CLORTALIDONA 50/12,5 MG	COMP	3.500
39	ATORVASTATINA CALCICA 20 MG	COMP	5.000
40	ATORVASTATINA CALCICA 40 MG	COMP	2.800
41	AZITROMICINA 500 MG	COMP	2.000
42	AZITROMICINA SUSP 600 MG	FRSC	500
43	BETAISTINA 16 MG	COMP	3.500
44	BETAISTINA 24 MG	COMP	1.500
45	BEZAFIBRATO 200 MG	COMP	2.100
46	BIPERIDENO 2 MG	COMP	1.200
47	BISOPROLOL 2,5 MG	COMP	1.800
48	BISOPROLOL 5 MG	COMP	2.200
49	BREXPIPRAZOL 0,5 MG	COMP	1.200
50	BRIMONIDINA 0,2%+TIMOLOL 0,5% COLÍRIO	FRSC	8
51	BRINZOLAMIDA 10 MG/ML + TIMOLOL 6,8 MG/ML COLÍRIO	FRSC	18
52	BROMAZEPAM 6MG	COMP	720
53	BUPROPIONA 150 MG	COMP	27.000
54	CAFEÍNA 30 MG+CARISOPRODOL 125MG+ DICL SÓDIO 50MG+ PARACETAMOL 300MG	COMP	7.200
55	CANDESARTANA CILEXETILA 16 MG	COMP	2.300
56	CANDESARTANA CILEXETILA 8 MG	COMP	390
57	CANDESARTANA+HCTZA 16/12,5 MG	COMP	5.200
58	CANDESARTANA+HCTZA 8/12,5 MG	COMP	1.500
59	CAPTOPRIL 25 MG	COMP	300
60	CAPTOPRIL 50 MG	COMP	690
61	CARBAMAZEPINA 200 MG	COMP	6.000
62	CARBONATO DE CÁLCIO 600 MG+ VITAMINA D 400MG	COMP	15.000
63	CARBONATO DE LITIO 300 MG	COMP	13.000
64	CARBONATO DE LITIO 450 MG	COMP	1.500



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

65	CARMELOSE SÓDICA 0,5% 10 ML	FRSC	60
66	CARVEDILOL 25 MG	COMP	5.500
67	CARVEDILOL 3,125 MG	COMP	1.800
68	CARVEDILOL 6,25 MG	COMP	1.900
69	CEFALEXINA 500 MG	COMP	6.000
70	CEFALEXINA SUSP	SUSP	100
71	CELECOXIBE 200 MG	COMP	4.800
72	CETOCONAZOL CREME	TB	75
73	CETOCONAZOL+DIPROP. DE BETAMETASONA+SULFATO DE NEOMICINA	TB	300
74	CETOPROFENO 100 MG	COMP	4.000
75	CICLOBENZAPRINA 10 MG	COMP	1.800
76	CILOSTAZOL 100 MG	COMP	820
77	CINARIZINA 25 MG	COMP	1.200
78	CINARIZINA 75 MG	COMP	900
79	CIPROFIBRATO 100 MG	COMP	9.900
80	CIPROFLOXACINO 500 MG	COMP	3.800
81	CIPROTERONA+ETINILESTRADIOL 2 MG+ 0,035 MG	COMP	2.520
82	CITALOPRAM 20 MG	COMP	16.000
83	CITALOPRAM 40 MG	COMP	3.248
84	CLOBAZAM 10 MG	COMP	380
85	CLOMIPRAMINA 25 MG	COMP	1.600
86	CLONAZEPAM 0,5 MG	COMP	2.600
87	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML	FRSC	200
88	CLONAZEPAM 2 MG	COMP	5.600
89	CLOPIDOGREL 75 MG	COMP	9.600
90	CLORIDRATO DE DONEPEZILA 10 MG	COMP	900
91	CLORPROMAZINA 100 MG	COMP	2.300
92	CLOZAPINA 100 MG	COMP	1.200
93	CLOZAPINA 25 MG	COMP	360
94	BUSPIRONA 5 MG	COMP	1.200
95	NALTREXONA 50 MG	COMP	1.200
96	COLECALCIFEROL 7.000 UI	CAPS	7.600
97	CUMARINA+TROXERUTINA 15 MG+90 MG	COMP	35.100
98	ETEXILATO DE DABIGATRANA 110 MG	CAPS	900
99	ETEXILATO DE DABIGATRANA 150 MG	COMP	2.700
100	DAPAGLIFLOZINA+METFORMINA 10/1000 MG	COMP	600
101	DAPAGLIFLOZINA+METFORMINA 5/1000 MG	COMP	1.800
102	DAPAGLIFLOZINA 10 MG	COMP	5.400
103	DECANOATO DE ZUCLOPENTIXOL 200 MG/ML	AMPL	24
104	DESVENLAFAXINA MONOIIDRATADO 100 MG	COMP	6.500
105	DESVENLAFAXINA MONOIIDRATADO 50 MG	COMP	7.000
106	DEXAMETASONA COLÍRIO	FRSC	30
107	DEXAMETASONA CREME	TB	250
108	DEXLANSOPRAZOL 30 MG	COMP	1.800



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

109	DEXLANSOPRAZOL 60 MG	COMP	5.900
110	DIAZEPAM 10 MG	COMP	3.200
111	DICLOFENACO DIETILAMONIO GEL	BISN	350
112	DIGOXINA 0,25 MG	COMP	1.200
113	DIMENIDRATO 50 MG+PIRIDOXINA 10 MG	COMP	3.500
114	DIMENIDRATO+PIRIDOXINA GTS- 30 ML	FRSC	60
115	DIOSMINA+HESPERIDINA 450 MG/ 50 MG	COMP	6.000
116	DIOSMINA 900 MG + HESPERIDINA 100 MG SACHE	PCT	1.500
117	DIPIRONA 500 MG	COMP	25.000
118	DIPIRONA 500 MG/ML	FRSC	300
119	DIVALPROATO DE SÓDIO 125 MG	CAPS	900
120	DIVALPROATO DE SÓDIO 500 MG	COMP	8.800
121	DOXAZOSINA 2 MG	COMP	4.600
122	DOXAZOSINA 4 MG	COMP	7.500
123	DROSPIRIDONA 3 MG+ETINILESTRADIOL 0,03 MG	COMP	5.250
124	DULOXETINA 30 MG	COMP	16.500
125	DULOXETINA 60 MG	COMP	12.000
126	DUTASTERINA 0,5 MG+ CLOR. DE TANSULOSINA 0,4 MG	COMP	9.000
127	EMPAGRIFLOZINA 25 MG	COMP	7.920
128	ESCITALAPRAM OXALATO 10 MG	COMP	21.000
129	ESCITALOPRAM OXALATO 15 MG	COMP	3.600
130	ESCITALOPRAM OXALATO 20 MG	COMP	10.600
131	BUTILBROMETO ESCOPOLAMINA 10 MG/ML	FRSC	50
132	ESCOPOLAMINA 6,67 MG/ML + DIPIRONA 333,4 MG/ML	FRSC	800
133	ESCOPOLAMINA 10 MG + DIPIRONA 250 MG	COMP	3.000
134	ESOMEPRAZOL 20 MG	COMP	1.800
135	ESPIRONOLACTONA 25 MG	COMP	9.900
136	ESPIRONOLACTONA 50 MG	COMP	2.900
137	EZETIMIBA+ROSUVASTATINA 10/20 MG	COMP	3.300
138	EZETIMIBA+SINVASTATINA 10/40 MG	COMP	300
139	EZETIMIBA+ROSUVASTATINA 10/10 MG	COMP	1.800
140	FENITOINA 100 MG	COMP	2.800
141	FENOBRABITAL 100 MG	COMP	3.000
142	FERRIPOLIMALTOSE 50 MG/ML C/30 ML	FRSC	50
143	FINASTERIDA 5 MG	COMP	4.000
144	FITA PARA HGT ON CALL PLUS II	FITA	25.000
145	FLUCONAZOL 150 ML	COMP	900
146	FLUOXETINA 20 MG	COMP	24.000
147	FUMARATO FORMOTEROL+BUDESONIDA 12/400 MG-C/INALADOR	COMP	9.000
148	FUROATO DE FLUTICASONA 27,5 MCG	FRSC	100
149	FUROSEMIDA 40 MG	COMP	18.000
150	GABAPENTINA 300 MG	COMP	2.300
151	GLICLAZIDA 60 MG	COMP	1.800



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

152	GLICLAZIDA 30 MG	COMP	5.000
153	GLIMEPIRIDA 1 MG	COMP	900
154	GLIMEPIRIDA 2 MG	COMP	3.800
155	GLIMEPIRIDA 4 MG	COMP	900
156	HALOPERIDOL 5 MG	COMP	900
157	HIDROXICLOROQUINA 400 MG	COMP	1.200
158	HIDROXICLOROQUINA 0,4 MG/ML + TROLAMINA 140 MG/ML	UN	120
159	IBUPROFENO 600 MG	COMP	4.500
160	IBUPROFENO GOTAS 100 MG/ML	FRSC	300
161	IMIPRAMINA 25 MG	COMP	1300
162	INDAPAMIDA SR 1,5 MG	COMP	2.300
163	IVERMECTINA 6 MG	COMP	1.500
164	LAMOTRIGINA 100 MG	COMP	360
165	LAMOTRIGINA 25 MG	COMP	900
166	CLORIDRATO DE LERCANIDIPINO 10 MG	COMP	450
167	LEVANLODIPINO 2,5 MG	COMP	3.200
168	LEVANLODIPINA 5 MG	COMP	2.100
169	LEVETIRACETAM 100 MG/ML	FRSC	100
170	LEVETIRACETAM 750 MG	COMP	1.900
171	LEVODOPA+BENSERAZIDA 200/50 MG	COMP	5.000
172	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	COMP	4.600
173	LEVOTIROXINA SÓDICA 125 MCG	COMP	3.500
174	LEVOTIROXINA SÓDICA 150 MCG	COMP	750
175	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	COMP	8.000
176	LEVOTIROXINA SÓDICA 37,5 MCG	COMP	4.000
177	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	COMP	10.020
178	LEVOTIROXINA SÓDICA 75 MCG	COMP	10.050
179	CLORDIAZEPOXIDO 5 MG+ AMITRIPTILINA 12,5 MG	COMP	720
180	LINAGLIPTINA 5 MG	COMP	2.300
181	CITRATO DE POTASSIO MONOIDRATADO 1080 MG/10mEq	COMP	900
182	LORATADINA 1 MG/ML	FRSC	200
183	LORATADINA 10 MG	COMP	6.000
184	LORAZEPAM 2 MG	COMP	1.500
185	LOSARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 100/25 MG	COMP	5.000
186	LOSARTANA POTÁSSICA 100 MG	COMP	3.500
187	LOSARTANA POTÁSSICA 25 MG	COMP	1.200
188	LOSARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 50/12,5 MG	COM	13.500
189	MALEATO DE INDACATEROL+BROMETO GLICOPIRRÔNIO 110 MG+50 MCG	CAPS	60
190	MEMANTINA 10 MG	COMP	2.500
191	METILDOPA 500 MG	COMP	2.200
192	METILDOPA 250 MG	COMP	600
193	METILFENIDATO 10 MG	COMP	3.600
194	METILFENIDATO LA 10 MG	COMP	300



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

195	METILFENIDATO LA 20 MG	COMP	390
196	METILFENIDATO LA 40 MG	COMP	450
197	METOCLOPRAMIDA GTS 10 ML	FRSC	100
198	METRONIDAZOL 250 MG	COMP	1.200
199	MIRTAZAPINA 15 MG	COMP	1.800
200	MIRTAZAPINA 30 MG	COMP	3.000
201	NEBIVOLOL 5 MG	COMP	900
202	NEOMICINA+BACITRACINA 5 MG+250 UI/G 10G	TB	200
203	NIMESULIDA 100 MG	COMP	12.000
204	NISTATINA CREME	UN	80
205	NISTATINA SUSPENSÃO	SUSP	80
206	NITROFURANTOINA 100 MG	COMP	1.500
207	NORFLOXACINO 400 MG	COMP	1.200
208	NORTRIPTILINA 25 MG	COMP	600
209	OLANZAPINA 10 MG	COMP	900
210	OLANZAPINA 5 MG	COMP	1.500
211	OLMESARTANA MEDOXOMILA 20 MG	COMP	1.300
212	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40 MG	COMP	1.500
213	OLMESARTANA+ANLODIPINO 20/5 MG	COMP	1.500
214	OLMESARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 20/12,5 MG	COMP	900
215	OLMESARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 40/12,5 MG	COMP	2.600
216	OMEPRAZOL 20 MG	COMP	33.000
217	OXCARBAZEPINA 600 MG	COMP	2.500
218	OXIBUTININA 10 MG	COMP	2.500
219	OXIBUTININA 5 MG	COMP	1.800
220	PALMITATO DE PALIPERIDONA 100 MG	AMPL	12
221	PANTOPRAZOL 20 MG	COMP	4.000
222	PANTOPRAZOL 40 MG	COMP	21.000
223	PARACETAMOL 200 MG/ML	FRSC	600
224	PARACETAMOL 500 MG	COMP	1000
225	PARACETAMOL 750 MG	COMP	15.000
226	PARACETAMOL+CODEINA 30/500 MG	COMP	6.500
227	PAROXETINA 20 MG	COMP	24.000
228	PAROXETINA 30 MG	COMP	1.800
229	PAROXETINA XR 25 MG	COMP	4.900
230	PIOGLITAZONA 30 MG	COMP	900
231	PITAVASTATINA CALCICA 2 MG	COMP	2.300
232	PRAMIPEXOL 0,375 MG	COMP	300
233	PRAMIPEXOL 0,750 MG	COMP	300
234	PRAMIPEXOL 1,5 MG	COMP	900
235	PRASUGREL 10 MG	COMP	390
236	PREDNISOLONA 3 MG/ML	FRSC	150
237	PREDNISOLONA 20 MG	COMP	4.000
238	PREDNISOLONA 5 MG	COMP	2.000
239	PREGABALINA 150 MG	COMP	5.000



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

240	PREGABALINA 75 MG	COMP	12.000
241	PROMETAZINA 25 MG	COMP	900
242	PROPAFENONA 300 MG	COMP	2.300
243	QUETIAPINA HEMIFUMARATO 100 MG	COMP	5.500
244	QUETIAPINA HEMIFUMARATO 200 MG	COMP	390
245	QUETIAPINA HEMIFUMARATO 50 MG	COMP	3.000
246	QUETIAPINA HEMIFUMARATO 25 MG	COMP	6.000
247	LEVOFLOXACINO 750 MG	COMP	900
248	RAMIPRIL+HIDROCLOROTIAZIDA 5/12,5 MG	COMP	2.000
249	RAMIPRIL 10 MG	COMP	900
250	RAMIPRIL 5 MG	COMP	5.600
251	RAMIPRIL 2,5 MG	COMP	1.600
252	RASAGILINA 1 MG	COMP	210
253	RETINOL ACET. +COLECALCIFEROL C/ 20 ML	FRSC	200
254	RISEDRONATO SÓDICO 35 MG	UN	162
255	RISPERIDONA 1 MG/ML	FRSC	100
256	RISPERIDONA 1 MG	COMP	2.500
257	RISPERIDONA 2 MG	COMP	900
258	RISPERIDONA 3 MG	COMP	900
259	RIVAROXABANA 10 MG	COMP	600
260	RIVAROXABANA 15 MG	COMP	2.300
261	RIVAROXABANA 2,5 MG	COMP	900
262	RIVAROXABANA 20 MG	COMP	8.000
263	ROSUVASTATINA CALCICA 5 MG	COMP	3.200
264	ROSUVASTATINA CALCICA 10 MG	COMP	30.000
265	ROSUVASTATINA CALCICA 20 MG	COMP	30.000
266	SACUBITRIL/VALSARTANA 24/26 MG	COMP	1.904
267	SACUBITRIL/VALSARTANA 49/51 MG	COMP	480
268	SAIS DE REIDRATAÇÃO ORAL 27,9 G	ENVL	200
269	SALMETEROL+FLUTICASONA 25/125 MCG – SPRAY	FRSC	50
270	SALMETEROL+FLUTICASONA 50/250 MCG – DISKUS	FRSC	150
271	SERTRALINA 100 MG	COMP	8.000
272	SERTRALINA 50 MG	COMP	43.000
273	SIMETICONA 75 MG/ML	FRSC	200
274	SOLIFENACINA 10 MG	COMP	180
275	SOTALOL 120 MG	COMP	330
276	SUCCINATO DE METOPROLOL 100 MG	COMP	3.500
277	SUCCINATO DE METOPROLOL 25 MG	COMP	6.500
278	SUCCINATO DE METOPROLOL 50 MG	COMP	18.000
279	SULF. GLICOSAMINA+SULF. CONDROITINA 1.5 MG+1.2MG	ENV	15.000
280	SULF. GLICOSAMINA+SULF. CONDROITINA 500/400 MG	COMP	3.000



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

281	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMA 200+40/5 MG/ML 100ML	SUSP	50
282	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMA 800/160	COMP	4.000
283	SULFATO FERROSO 40 MG	COMP	1.000
284	SULPIRIDA 50 MG	COMP	600
285	CLORIDRATO DE TANSULOSINA 0,4 MG	COMP	4.600
286	TELMISARTANA+ANLÓDIPINO 80 MG/5 MG	COMP	180
287	TELMISARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 80/12,5 MG	COMP	2.500
288	TIORIDAZINA 50 MG	COMP	900
289	TOPIRAMATO 100 MG	COMP	2.600
290	TOPIRAMATO 25 MG	COMP	2.100
291	TOPIRAMATO 50 MG	COMP	6.600
292	TRAMADOL 50 MG	COMP	2.000
293	CLORIDRATO DE TRAZODONA 50 MG	COMP	5.600
294	CLORIDRATO DE TRAZODONA 150 MG	COMP	990
295	TRIMETRAZIDINA MR 35 MG	COMP	600
296	VALPROATO DE SÓDIO+ACIDO VALPROÍCO 300 MG	COMP	1.900
297	VALSARTANA 320 MG	COMP	360
298	VALSARTANA+ANLÓDIPINO 320/10 MG	COMP	280
299	VALSARTANA+HCT 160/12,5 MG	COMP	1.820
300	VALSARTANA+HTC 320/12,5 MG	COMP	2.100
301	VARFARINA SÓDICA 5 MG	COMP	900
302	VENLAFAXINA 150 MG	COMP	6.500
303	VENLAFAXINA 75 MG	COMP	14.800
304	VERAPAMIL 80 MG	COMP	1.800
305	VILDAGLIPTINA 50 MG	COMP	1.232
306	VILDAGLIPTINA+CLOR.DE METFORMINA 50/850 MG	COMP	3.080
307	LATANOPROSTA 50 MCG/ML	FRSC	12
308	ZOLPIDEM 10 MG	COMP	16.000
309	ATENSINA 0,100 MG	COMP	150
310	PROPATILNITRATO 10 MG	COMP	30

Assinatura do representante legal



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

ANEXO II

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE
PREGÃO N°
DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DE CUSTOS

A empresa inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na Rua, nº ..., Bairro ..., na cidade de, por meio de seu representante legal, Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ..., portador da cédula de identidade nº ..., residente e domiciliado na Rua, nº ..., Bairro, na cidade de, DECLARA, sob as penas da lei, que a proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

....., de....., de 2024.

Assinatura do representante legal



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

ANEXO III

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE
PREGÃO N°

MODELO DE CREDENCIAMENTO

A empresa inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na Rua, nº ..., Bairro ..., na cidade de, através do presente, credenciamos o Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº, portador da cédula de identidade nº ..., residente e domiciliado na Rua, nº ..., Bairro, na cidade de, a participar da licitação instaurada pelo Município de xxxxxxx, na modalidade de Pregão, sob o nº/2024, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas, lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

....., de....., de 2024.

Assinatura do representante legal



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA PARA FRUIÇÃO DOS
BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº123/2006

A empresa inscrita no CNPJ sob o nº....., estabelecida na Rua, nº ..., Bairro ..., na cidade de, através do seu Representante legal Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº, RG nº, residente e domiciliado na Rua ..., nº ..., Bairro ..., na cidade de, DECLARA, para os fins do disposto na Lei Complementar nº. 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta Empresa, na presente data, enquadra-se como:

() - MICROEMPRESA, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

() - EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

() - COOPERATIVA, conforme disposto nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e art. 34, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Assinatura do representante legal da empresa



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

ANEXO V

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE
PREGÃO N.º

Declaração de Idoneidade

A empresa inscrita no CNPJ sob o n.º, estabelecida na Rua, n.º, Bairro ..., na cidade de, através do seu Representante legal Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o n.º, RG n.º, residente e domiciliado na Rua ..., n.º ..., Bairro ..., na cidade de, DECLARA, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

_____, em _____ de _____ de 2024.

Assinatura do representante legal



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

ANEXO VI

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE
PREGÃO N°

DECLARAÇÃO

A empresa inscrita no CNPJ sob o nº....., estabelecida na Rua, nº ..., Bairro ..., na cidade de ..., através do seu Representante legal Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº, RG nº, residente e domiciliado na Rua ..., nº ..., Bairro, na cidade de, DECLARA para os fins de direito, na qualidade de licitante que em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º. da Constituição Federal de que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, em _____ de _____ de 2024.

Assinatura do representante legal



ANEXO VII

DECLARAÇÃO PARA INDICAÇÃO DE ENDEREÇO ELETRÔNICO

A empresa inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na Rua, nº ..., Bairro ..., na cidade de, através do seu Representante legal Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº, carteira de identidade nº, residente e domiciliado na Rua ..., nº ..., Bairro, na cidade de, DECLARA para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. /2024, que indica o seguinte endereço eletrônico: _____ para recebimento de eventuais contatos necessários, inclusive notificações administrativas, imposição de penalidade e outros, Declarando ainda, que se compromete com o acompanhamento diário do endereço eletrônico, providenciando a confirmação de recebimento, além de informar imediatamente a alteração do endereço indicado.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, _____ de _____ de 2024

Assinatura do representante legal da empresa



ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

VERIFICAR SE A EMPRESA SE SUBMETE AO REGRAMENTO CONTIDO NO ART. 93 LEI 8.213/91.

EM CASO POSITIVO, UTILIZAR O MODELO 1. EM CASO NEGATIVO, UTILIZAR O MODELO 2.

MODELO 1

A empresa inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na Rua, nº ..., Bairro ..., na cidade de, através do seu Representante legal Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº, carteira de identidade nº, residente e domiciliado na Rua ..., nº ..., Bairro, na cidade de, DECLARA para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. /2024, que cumpre as exigências de reserva de cargos prevista no Art. 93 da Lei 8.213/91, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

MODELO 2

A empresa inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na Rua, nº ..., Bairro ..., na cidade de, através do seu Representante legal Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº, carteira de identidade nº, residente e domiciliado na Rua ..., nº ..., Bairro, na cidade de, DECLARA para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº.

..... /2024, que está ciente do regramento constante no Art. 93 da Lei 8.213/91 quanto às exigências de reserva de cargos prevista para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, e que não se enquadra na referida obrigação legal até a presente data.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

_____, _____ de _____ de 2024

Assinatura do representante legal da empresa

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM ÓRGÃO PÚBLICO

Eu, _____, portador do RG nº _____, CPF nº _____, declaro para os devidos fins e sob as penas da Lei, que nenhum dos sócios, diretores, administradores e afins da empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, tenha vínculo direta ou indiretamente com a Administração Pública Municipal de São Jorge/RS, que impeça de contratar com a os citados no Art. 14, IV da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme segue:

“Lei nº 14.133/2021, de 01/04/2021, art. 14, IV.

Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

...

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;”

Declaro estar ciente de que a falsidade nas informações acima implicará nas penalidades cabíveis, previstas no Artigo 299, do Código Penal, tornando nulo e sem efeito o contrato firmado com a Administração Pública, além de me obrigar a restituir aos cofres públicos todo e qualquer valor recebido indevidamente, sem prejuízo da atualização monetária até o dia da efetiva devolução.

_____, _____ de _____ de 2024.

DECLARANTE
EMPRESA



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

ANEXO X

Minuta de Contrato Administrativo

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº (XXX)
PREGÃO PRESENCIAL Nº. XXX/2024

O **MUNICÍPIO DE SÃO JORGE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 91.566.851/0001-51, estabelecida na Avenida Daltro Filho, nº 901, Centro - CEP 95.365-000, São Jorge/RS, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **DANILO SALVALAGGIO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o xxxxxxxxxxxx, carteira de identidade xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxx, nº xxxxx, Bairro xxxxxx na cidade de São Jorge/RS, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na Rua, nº, Bairro, na cidade de, neste ato representada pelo Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº, carteira de identidade nº, residente e domiciliado na Rua, nº, Bairro, na cidade de, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato Administrativo, de acordo com o resultado do **Pregão Presencial n.º 004/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

I - O presente CONTRATO tem por objeto e finalidade AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e Ata do Pregão nº 004/2024, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid. medida	Quant.
1	ACEBROFILINA 50 MG/5ML	FRSC	500
2	ACETILCISTEINA 20 MG/ML XAROPE PEDIÁTRICO	FRSC	180
3	ACICLOVIR 200 MG	COMP	1.400
4	ACICLOVIR CREME	TB	100
5	ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG	COMP	45.000
6	ACIDO ACETILSALICILICO TAMPONADO 100 MG	COMP	8.500
7	ACIDO FOLICO 5 MG	COMP	4.000
8	ACIDO VALPROICO 500 MG	COMP	1.600
9	ALBENDAZOL 400 MG	COMP	600
10	ALBENDAZOL 40 MG/ML	SUSP	100
11	ALOGLIPTINA+METFORMINA 12,5+1000 MG	COMP	900
12	ALOGLIPTINA+PIOGLITAZONA 25/30 MG	COMP	1.200



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

13	ALOGLIPTINA 25 MG	COMP	390
14	ALOPURINOL 100 MG	COMP	6.000
15	ALOPURINOL 300 MG	COMP	6.500
16	ALPRAZOLAM 0,5 MG	COMP	3.200
17	ALPRAZOLAM 1 MG	COMP	900
18	ALPRAZOLAM 2 MG	COMP	1.650
19	AMBROXOL XAROPE PEDIÁTRICO 15 MG/5ML	FRSC	80
20	AMILORIDA+CLORTALIDONA 5/25 MG	COMP	1.690
21	AMILORIDA+HIDROCLOROTIAZIDA 5/50 MG	COMP	330
22	AMIODARONA 100 MG	COMP	2.300
23	AMIODARONA 200 MG	COMP	7.800
24	AMITRIPTILINA 25 MG	COMP	40.000
25	AMITRIPTILINA 75 MG	COMP	4.020
26	AMOXICILINA+CLAV. DE POTÁSSIO 400MG/ML+57/5ML-70ML	FRSC	150
27	AMOXICILINA 25 MG/5ML – 150 ML	FRSC	150
28	AMOXICILINA 500 MG	COMP	4.000
29	AMOXICILINA 875 MG+ CLAVULANATO 125 MG	COMP	6.800
30	ANLODIPINO+BENAZEPRIL 5/20 MG	CAPS	300
31	ANLODIPINO 10 MG	COMP	1.300
32	ANLODIPINO 5 MG	COMP	8.800
33	ANLODIPINO 2,5 MG	COMP	7.300
34	APIXABANA 5 MG	COMP	8.400
35	ARIPIPRAZOL 10 MG	COMP	2.100
36	ARIPIPRAZOL 20 MG	COMP	900
37	ATENOLOL 50 MG	COMP	4.800
38	ATENOLOL+CLORTALIDONA 50/12,5 MG	COMP	3.500
39	ATORVASTATINA CALCICA 20 MG	COMP	5.000
40	ATORVASTATINA CALCICA 40 MG	COMP	2.800
41	AZITROMICINA 500 MG	COMP	2.000
42	AZITROMICINA SUSP 600 MG	FRSC	500
43	BETAISTINA 16 MG	COMP	3.500
44	BETAISTINA 24 MG	COMP	1.500
45	BEZAFIBRATO 200 MG	COMP	2.100
46	BIPERIDENO 2 MG	COMP	1.200
47	BISOPROLOL 2,5 MG	COMP	1.800
48	BISOPROLOL 5 MG	COMP	2.200
49	BREXPIPRAZOL 0,5 MG	COMP	1.200
50	BRIMONIDINA 0,2%+TIMOLOL 0,5% COLÍRIO	FRSC	8
51	BRINZOLAMIDA 10 MG/ML + TIMOLOL 6,8 MG/ML COLÍRIO	FRSC	18
52	BROMAZEPAM 6MG	COMP	720
53	BUPROPIONA 150 MG	COMP	27.000
54	CAFEÍNA 30 MG+CARISOPRODOL 125MG+ DICL SÓDIO 50MG+ PARACETAMOL 300MG	COMP	7.200
55	CANDESARTANA CILEXETILA 16 MG	COMP	2.300



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

56	CANDESARTANA CILEXETILA 8 MG	COMP	390
57	CANDESARTANA+HCTZA 16/12,5 MG	COMP	5.200
58	CANDESARTANA+HCTZA 8/12,5 MG	COMP	1.500
59	CAPTOPRIL 25 MG	COMP	300
60	CAPTOPRIL 50 MG	COMP	690
61	CARBAMAZEPINA 200 MG	COMP	6.000
62	CARBONATO DE CÁLCIO 600 MG+ VITAMINA D 400MG	COMP	15.000
63	CARBONATO DE LITIO 300 MG	COMP	13.000
64	CARBONATO DE LITIO 450 MG	COMP	1.500
65	CARMELOSE SÓDICA 0,5% 10 ML	FRSC	60
66	CARVEDILOL 25 MG	COMP	5.500
67	CARVEDILOL 3,125 MG	COMP	1.800
68	CARVEDILOL 6,25 MG	COMP	1.900
69	CEFALEXINA 500 MG	COMP	6.000
70	CEFALEXINA SUSP	SUSP	100
71	CELECOXIBE 200 MG	COMP	4.800
72	CETOCONAZOL CREME	TB	75
73	CETOCONAZOL+DIPROP. DE BETAMETASONA+SULFATO DE NEOMICINA	TB	300
74	CETOPROFENO 100 MG	COMP	4.000
75	CICLOBENZAPRINA 10 MG	COMP	1.800
76	CILOSTAZOL 100 MG	COMP	820
77	CINARIZINA 25 MG	COMP	1.200
78	CINARIZINA 75 MG	COMP	900
79	CIPROFIBRATO 100 MG	COMP	9.900
80	CIPROFLOXACINO 500 MG	COMP	3.800
81	CIPROTERONA+ETINILESTRADIOL 2 MG+ 0,035 MG	COMP	2.520
82	CITALOPRAM 20 MG	COMP	16.000
83	CITALOPRAM 40 MG	COMP	3.248
84	CLOBAZAM 10 MG	COMP	380
85	CLOMIPRAMINA 25 MG	COMP	1.600
86	CLONAZEPAM 0,5 MG	COMP	2.600
87	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML	FRSC	200
88	CLONAZEPAM 2 MG	COMP	5.600
89	CLOPIDOGREL 75 MG	COMP	9.600
90	CLORIDRATO DE DONEPEZILA 10 MG	COMP	900
91	CLORPROMAZINA 100 MG	COMP	2.300
92	CLOZAPINA 100 MG	COMP	1.200
93	CLOZAPINA 25 MG	COMP	360
94	BUSPIRONA 5 MG	COMP	1.200
95	NALTREXONA 50 MG	COMP	1.200
96	COLECALCIFEROL 7.000 UI	CAPS	7.600
97	CUMARINA+TROXERUTINA 15 MG+90 MG	COMP	35.100
98	ETEXILATO DE DABIGATRANA 110 MG	CAPS	900



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

99	ESEXILATO DE DABIGATRANA 150 MG	COMP	2.700
100	DAPAGLIFLOZINA+METFORMINA 10/1000 MG	COMP	600
101	DAPAFLOZINA+METFORMINA 5/1000 MG	COMP	1.800
102	DAPAGLIFLOZINA 10 MG	COMP	5.400
103	DECANOATO DE ZUCLOPENTIXOL 200 MG/ML	AMPL	24
104	DESVENLAFAXINA MONOIIDRATADO 100 MG	COMP	6.500
105	DESVENLAFAXINA MONOIIDRATADO 50 MG	COMP	7.000
106	DEXAMETASONA COLÍRIO	FRSC	30
107	DEXAMETASONA CREME	TB	250
108	DEXLANSOPRAZOL 30 MG	COMP	1.800
109	DEXLANSOPRAZOL 60 MG	COMP	5.900
110	DIAZEPAM 10 MG	COMP	3.200
111	DICLOFENACO DIETILAMONIO GEL	BISN	350
112	DIGOXINA 0,25 MG	COMP	1.200
113	DIMENIDRATO 50 MG+PIRIDOXINA 10 MG	COMP	3.500
114	DIMENIDRATO+PIRIDOXINA GTS- 30 ML	FRSC	60
115	DIOSMINA+HESPERIDINA 450 MG/ 50 MG	COMP	6.000
116	DIOSMINA 900 MG + HESPERIDINA 100 MG SACHE	PCT	1.500
117	DIPIRONA 500 MG	COMP	25.000
118	DIPIRONA 500 MG/ML	FRSC	300
119	DIVALPROATO DE SÓDIO 125 MG	CAPS	900
120	DIVALPROATO DE SÓDIO 500 MG	COMP	8.800
121	DOXAZOSINA 2 MG	COMP	4.600
122	DOXAZOSINA 4 MG	COMP	7.500
123	DROSPIRIDONA 3 MG+ETINILESTRADIOL 0,03 MG	COMP	5.250
124	DULOXETINA 30 MG	COMP	16.500
125	DULOXETINA 60 MG	COMP	12.000
126	DUTASTERINA 0,5 MG+ CLOR. DE TANSULOSINA 0,4 MG	COMP	9.000
127	EMPAGRIFLOZINA 25 MG	COMP	7.920
128	ESCITALAPRAM OXALATO 10 MG	COMP	21.000
129	ESCITALOPRAM OXALATO 15 MG	COMP	3.600
130	ESCITALOPRAM OXALATO 20 MG	COMP	10.600
131	BUTILBROMETO ESCOPOLAMINA 10 MG/ML	FRSC	50
132	ESCOPOLAMINA 6,67 MG/ML + DIPIRONA 333,4 MG/ML	FRSC	800
133	ESCOPOLAMINA 10 MG + DIPIRONA 250 MG	COMP	3.000
134	ESOMEPRAZOL 20 MG	COMP	1.800
135	ESPIRONOLACTONA 25 MG	COMP	9.900
136	ESPIRONOLACTONA 50 MG	COMP	2.900
137	EZETIMIBA+ROSUVASTATINA 10/20 MG	COMP	3.300
138	EZETIMIBA+SINVASTATINA 10/40 MG	COMP	300
139	EZETIMIBA+ROSUVASTATINA 10/10 MG	COMP	1.800
140	FENITOINA 100 MG	COMP	2.800
141	FENOBRABITAL 100 MG	COMP	3.000



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

142	FERRIPOLIMALTOSE 50 MG/ML C/30 ML	FRSC	50
143	FINASTERIDA 5 MG	COMP	4.000
144	FITA PARA HGT ON CALL PLUS II	FITA	25.000
145	FLUCONAZOL 150 ML	COMP	900
146	FLUOXETINA 20 MG	COMP	24.000
147	FUMARATO FORMOTEROL+BUDESONIDA 12/400 MG-C/INALADOR	COMP	9.000
148	FUROATO DE FLUTICASONA 27,5 MCG	FRSC	100
149	FUROSEMIDA 40 MG	COMP	18.000
150	GABAPENTINA 300 MG	COMP	2.300
151	GLICLAZIDA 60 MG	COMP	1.800
152	GLICLAZIDA 30 MG	COMP	5.000
153	GLIMEPIRIDA 1 MG	COMP	900
154	GLIMEPIRIDA 2 MG	COMP	3.800
155	GLIMEPIRIDA 4 MG	COMP	900
156	HALOPERIDOL 5 MG	COMP	900
157	HIDROXICLOROQUINA 400 MG	COMP	1.200
158	HIDROXICLOROQUINA 0,4 MG/ML + TROLAMINA 140 MG/ML	UN	120
159	IBUPROFENO 600 MG	COMP	4.500
160	IBUPROFENO GOTAS 100 MG/ML	FRSC	300
161	IMIPRAMINA 25 MG	COMP	1300
162	INDAPAMIDA SR 1,5 MG	COMP	2.300
163	IVERMECTINA 6 MG	COMP	1.500
164	LAMOTRIGINA 100 MG	COMP	360
165	LAMOTRIGINA 25 MG	COMP	900
166	CLORIDRATO DE LERCANIDIPINO 10 MG	COMP	450
167	LEVANLODIPINO 2,5 MG	COMP	3.200
168	LEVANLODIPINA 5 MG	COMP	2.100
169	LEVETIRACETAM 100 MG/ML	FRSC	100
170	LEVETIRACETAM 750 MG	COMP	1.900
171	LEVODOPA+BENSERAZIDA 200/50 MG	COMP	5.000
172	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	COMP	4.600
173	LEVOTIROXINA SÓDICA 125 MCG	COMP	3.500
174	LEVOTIROXINA SÓDICA 150 MCG	COMP	750
175	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	COMP	8.000
176	LEVOTIROXINA SÓDICA 37,5 MCG	COMP	4.000
177	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	COMP	10.020
178	LEVOTIROXINA SÓDICA 75 MCG	COMP	10.050
179	CLORDIAZEPOXIDO 5 MG+ AMITRIPTILINA 12,5 MG	COMP	720
180	LINAGLIPTINA 5 MG	COMP	2.300
181	CITRATO DE POTASSIO MONOIDRATADO 1080 MG/10mEq	COMP	900
182	LORATADINA 1 MG/ML	FRSC	200
183	LORATADINA 10 MG	COMP	6.000



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

184	LORAZEPAM 2 MG	COMP	1.500
185	LOSARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 100/25 MG	COMP	5.000
186	LOSARTANA POTÁSSICA 100 MG	COMP	3.500
187	LOSARTANA POTÁSSICA 25 MG	COMP	1.200
188	LOSARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 50/12,5 MG	COM	13.500
189	MALEATO DE INDACATEROL+BROMETO GLICOPIRRÔNIO 110 MG+50 MCG	CAPS	60
190	MEMANTINA 10 MG	COMP	2.500
191	METILDOPA 500 MG	COMP	2.200
192	METILDOPA 250 MG	COMP	600
193	METILFENIDATO 10 MG	COMP	3.600
194	METILFENIDATO LA 10 MG	COMP	300
195	METILFENIDATO LA 20 MG	COMP	390
196	METILFENIDATO LA 40 MG	COMP	450
197	METOCLOPRAMIDA GTS 10 ML	FRSC	100
198	METRONIDAZOL 250 MG	COMP	1.200
199	MIRTAZAPINA 15 MG	COMP	1.800
200	MIRTAZAPINA 30 MG	COMP	3.000
201	NEBIVOLOL 5 MG	COMP	900
202	NEOMICINA+BACITRACINA 5 MG+250 UI/G 10G	TB	200
203	NIMESULIDA 100 MG	COMP	12.000
204	NISTATINA CREME	UN	80
205	NISTATINA SUSPENSÃO	SUSP	80
206	NITROFURANTOINA 100 MG	COMP	1.500
207	NORFLOXACINO 400 MG	COMP	1.200
208	NORTRIPTILINA 25 MG	COMP	600
209	OLANZAPINA 10 MG	COMP	900
210	OLANZAPINA 5 MG	COMP	1.500
211	OLMESARTANA MEDOXOMILA 20 MG	COMP	1.300
212	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40 MG	COMP	1.500
213	OLMESARTANA+ANLÓDIPINO 20/5 MG	COMP	1.500
214	OLMESARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 20/12,5 MG	COMP	900
215	OLMESARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 40/12,5 MG	COMP	2.600
216	OMEPRAZOL 20 MG	COMP	33.000
217	OXCARBAZEPINA 600 MG	COMP	2.500
218	OXIBUTININA 10 MG	COMP	2.500
219	OXIBUTININA 5 MG	COMP	1.800
220	PALMITATO DE PALIPERIDONA 100 MG	AMPL	12
221	PANTOPRAZOL 20 MG	COMP	4.000
222	PANTOPRAZOL 40 MG	COMP	21.000
223	PARACETAMOL 200 MG/ML	FRSC	600
224	PARACETAMOL 500 MG	COMP	1000
225	PARACETAMOL 750 MG	COMP	15.000
226	PARACETAMOL+CODEINA 30/500 MG	COMP	6.500



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

227	PAROXETINA 20 MG	COMP	24.000
228	PAROXETINA 30 MG	COMP	1.800
229	PAROXETINA XR 25 MG	COMP	4.900
230	PIOGLITAZONA 30 MG	COMP	900
231	PITAVASTATINA CALCICA 2 MG	COMP	2.300
232	PRAMIPEXOL 0,375 MG	COMP	300
233	PRAMIPEXOL 0,750 MG	COMP	300
234	PRAMIPEXOL 1,5 MG	COMP	900
235	PRASUGREL 10 MG	COMP	390
236	PREDNISOLONA 3 MG/ML	FRSC	150
237	PREDNISOLONA 20 MG	COMP	4.000
238	PREDNISOLONA 5 MG	COMP	2.000
239	PREGABALINA 150 MG	COMP	5.000
240	PREGABALINA 75 MG	COMP	12.000
241	PROMETAZINA 25 MG	COMP	900
242	PROPAFENONA 300 MG	COMP	2.300
243	QUETIAPINA HEMIFUMARATO 100 MG	COMP	5.500
244	QUETIAPINA HEMIFUMARATO 200 MG	COMP	390
245	QUETIAPINA HEMIFUMARATO 50 MG	COMP	3.000
246	QUETIAPINA HEMIFUMARATO 25 MG	COMP	6.000
247	LEVOFLOXACINO 750 MG	COMP	900
248	RAMIPRIL+HIDROCLOROTIAZIDA 5/12,5 MG	COMP	2.000
249	RAMIPRIL 10 MG	COMP	900
250	RAMIPRIL 5 MG	COMP	5.600
251	RAMIPRIL 2,5 MG	COMP	1.600
252	RASAGILINA 1 MG	COMP	210
253	RETINOL ACET. +COLECALCIFEROL C/ 20 ML	FRSC	200
254	RISEDRONATO SÓDICO 35 MG	UN	162
255	RISPERIDONA 1 MG/ML	FRSC	100
256	RISPERIDONA 1 MG	COMP	2.500
257	RISPERIDONA 2 MG	COMP	900
258	RISPERIDONA 3 MG	COMP	900
259	RIVAROXABANA 10 MG	COMP	600
260	RIVAROXABANA 15 MG	COMP	2.300
261	RIVAROXABANA 2,5 MG	COMP	900
262	RIVAROXABANA 20 MG	COMP	8.000
263	ROSUVASTATINA CALCICA 5 MG	COMP	3.200
264	ROSUVASTATINA CALCICA 10 MG	COMP	30.000
265	ROSUVASTATINA CALCICA 20 MG	COMP	30.000
266	SACUBITRIL/VALSARTANA 24/26 MG	COMP	1.904
267	SACUBITRIL/VALSARTANA 49/51 MG	COMP	480
268	SAIS DE REIDRATAÇÃO ORAL 27,9 G	ENVL	200
269	SALMETEROL+FLUTICASONA 25/125 MCG – SPRAY	FRSC	50
270	SALMETEROL+FLUTICASONA 50/250 MCG – DISKUS	FRSC	150



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

271	SERTRALINA 100 MG	COMP	8.000
272	SERTRALINA 50 MG	COMP	43.000
273	SIMETICONA 75 MG/ML	FRSC	200
274	SOLIFENACINA 10 MG	COMP	180
275	SOTALOL 120 MG	COMP	330
276	SUCCINATO DE METOPROLOL 100 MG	COMP	3.500
277	SUCCINATO DE METOPROLOL 25 MG	COMP	6.500
278	SUCCINATO DE METOPROLOL 50 MG	COMP	18.000
279	SULF. GLICOSAMINA+SULF. CONDROITINA 1.5 MG+1.2MG	ENV	15.000
280	SULF. GLICOSAMINA+SULF. CONDROITINA 500/400 MG	COMP	3.000
281	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMA 200+40/5 MG/ML 100ML	SUSP	50
282	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMA 800/160	COMP	4.000
283	SULFATO FERROSO 40 MG	COMP	1.000
284	SULPIRIDA 50 MG	COMP	600
285	CLORIDRATO DE TANSULOSINA 0,4 MG	COMP	4.600
286	TELMISARTANA+ANLODIPINO 80 MG/5 MG	COMP	180
287	TELMISARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 80/12,5 MG	COMP	2.500
288	TIORIDAZINA 50 MG	COMP	900
289	TOPIRAMATO 100 MG	COMP	2.600
290	TOPIRAMATO 25 MG	COMP	2.100
291	TOPIRAMATO 50 MG	COMP	6.600
292	TRAMADOL 50 MG	COMP	2.000
293	CLORIDRATO DE TRAZODONA 50 MG	COMP	5.600
294	CLORIDRATO DE TRAZODONA 150 MG	COMP	990
295	TRIMETRAZIDINA MR 35 MG	COMP	600
296	VALPROATO DE SÓDIO+ACIDO VALPROÍCO 300 MG	COMP	1.900
297	VALSARTANA 320 MG	COMP	360
298	VALSARTANA+ANLODIPINO 320/10 MG	COMP	280
299	VALSARTANA+HCT 160/12,5 MG	COMP	1.820
300	VALSARTANA+HTC 320/12,5 MG	COMP	2.100
301	VARFARINA SÓDICA 5 MG	COMP	900
302	VENLAFAXINA 150 MG	COMP	6.500
303	VENLAFAXINA 75 MG	COMP	14.800
304	VERAPAMIL 80 MG	COMP	1.800
305	VILDAGLIPTINA 50 MG	COMP	1.232
306	VILDAGLIPTINA+CLOR.DE METFORMINA 50/850 MG	COMP	3.080
307	LATANOPROSTA 50 MCG/ML	FRSC	12
308	ZOLPIDEM 10 MG	COMP	16.000
309	ATENSINA 0,100 MG	COMP	150
310	PROPATILNITRATO 10 MG	COMP	30



II – Os medicamentos deverão ser entregues nas formas, quantidades e prazos estabelecidos, atendendo as especificações constantes neste edital e seus anexos, bem como estarem acondicionados adequadamente, sob pena de não recebimento dos mesmos ou, após o recebimento, com procedimento de devolução.

III – Fica a cargo da empresa vencedora a entrega dos itens nos locais onde o Município indicar.

IV – Os quantitativos indicados são meramente estimados, não acarretando qualquer obrigação quanto a sua contratação por parte desta municipalidade.

V – As quantidades que vierem a ser contratadas serão definidas por meio de contrato administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO

I - Caberá à CONTRATADA, fornecer todos os equipamentos, veículos e mão de obra para executar os procedimentos de sua competência, correndo por sua inteira conta e risco o pagamento de despesas de combustível, manutenção, material de segurança, uniformes, peças, acessórios, motoristas e ajudantes, alimentação e alojamento, transporte, pagamento de seguros, impostos, taxas e leis sociais e toda e qualquer despesa referente ao fornecimento respondendo pelo mesmo atual e futuramente. Cabendo, também, refazer, corrigir ou reparar qualquer fornecimento impugnado pela fiscalização, sem que venha a incorrer em ônus para o CONTRATANTE.

II – Caso a CONTRATANTE não emita o comprovante imediato da ordem de fornecimento expedida pelo Município, para fins de cumprimento do item anterior, considerar-se-á como recebida a ordem no primeiro dia útil seguinte a data do envio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DOS ITENS E PAGAMENTO

I - O acompanhamento e fiscalização do fornecimento, objeto desta licitação, será realizada por servidores municipais designados, que farão o recebimento nos termos do artigo 140, I, "a" e "b", da Lei n.º 14.133/21, da seguinte forma:

a) Os medicamentos deverão ser entregues nos locais indicados na ordem de fornecimento, dentro do limite territorial de SÃO JORGE/RS, nos horários de 07:30h às 11h e 13:00h às 16:30h, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a solicitação do Município, livre de frete e descarga, oportunidade em que o servidor responsável conferirá quanto à conformidade com o Edital.

b) No ato da entrega será dado o Recebimento Provisório, onde o servidor responsável pela fiscalização do Contrato conferirá e emitirá TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, quanto à conformidade com o solicitado no Edital.

c) Caso os itens não correspondam ao exigido no Edital, a Licitante Vencedora deverá providenciar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis à sua substituição visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

d) Após a verificação, e conseqüente aprovação, será dada aceitação e emitido TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, quando então iniciará a contagem do prazo de até 10 (dez) dias após a entrega para o pagamento.

e) Para todos os itens será avaliado o acondicionamento dos produtos no momento da entrega. Embalagens violadas, materiais manchados, sujos, danificados ou materiais com aparência duvidosa, diferente das especificações do edital, farão com que os mesmos não sejam aceitos.

f) As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto referentes à temperatura, umidade, empilhamento, etc.

g) As embalagens devem conter as respectivas bulas e demais exigências legais previstas para o cartucho e rotulagem, e, o texto de acordo com orientações do Ministério da Saúde e Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90).

h) No caso de medicamentos sujeito a controle especial, as embalagens, os rótulos e bulas devem atender a Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998 e demais normas do Ministério da Saúde;

i) As embalagens externas e internas deverão estar lacradas e conter o nome do medicamento, lote, data de fabricação e prazo de validade descritas em seu interior, em local de fácil visualização e demais especificações estabelecidas na RDC nº 71, de 22/12/2019;

j) As embalagens primárias individuais dos medicamentos/produtos (ampolas, blisters, strips e frascos) e as embalagens secundárias dessas apresentações devem apresentar: número de lote, data de fabricação e prazo de validade e demais especificações estabelecidas na RDC nº 71, de 22/12/2009;

k) No caso de produtos acondicionados em bisnagas, estas deverão apresentar lacre de bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento. No caso de produtos acondicionados em frascos, estes deverão conter acompanhamento de aplicadores, quando for o caso;

l) Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado e convenientemente selado.

m) O prazo de validade dos produtos não poderá ser inferior 12 meses, sob pena de não serem recebidos ou, após recebidos e constatada a irregularidade, devolvidos.

n) Os medicamentos licitados deverão ser entregues da seguinte forma:

I – 50% da totalidade dos medicamentos licitados deverão ser entregues em 15 (quinze) dias corridos a contar da assinatura do contrato administrativo;

II – Os 50% restantes serão entregues mediante solicitação diante da necessidade do contratante, devendo ser entregues em 15 (quinze) dias corridos a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

o) No ato de entrega dos produtos a empresa deverá fornecer o Certificado de Registro do Produto emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária. (alteração dada pela Portaria 3.765, de 25 de outubro de 1998), (para cada item) impressos e



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

entregues para a Farmacêutica do Município, sob pena de os mesmos serem considerados não recebidos pela Farmácia da Unidade Básica de Saúde.

p) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável no local de entrega.

II - O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após o recebimento definitivo dos produtos e a verificação de sua conformidade, em conta bancária a ser fornecida pela CONTRATADA, mediante apresentação da respectiva nota fiscal.

III - Fica a CONTRATADA obrigada à retenção do Imposto de Renda Retido em seus pagamentos conforme IN-RFB nº 1.234/2012, devendo a mesma emitir os documentos fiscais observadas as disposições da citada Instrução Normativa, observando o correto destaque do valor do Imposto de Renda a ser retido.

IV - Fica a CONTRATADA, juntamente com a Secretaria responsável, cientes de que todas as notas fiscais, com exceção das emitidas por empresa optante pelo Simples Nacional, deverão ser entregues na contabilidade no mês em que forem emitidas.

V - A inadimplência da CONTRATADA com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações, não transfere ao Município, a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, § 1.º, da Lei Federal nº 14.133/21.

VI - Em caso de reclamatória trabalhista contra a licitante vencedora em que o Município seja incluído no polo passivo da demanda, independente da garantia ofertada, será retido, até o final da lide, valores suficientes para garantir eventual indenização.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O contrato passara a produzir efeitos a partir da assinatura do prefeito municipal, vigorando pelo prazo de 12 (doze) meses, permitindo-se a renovação nos termos da lei nº 14.133/2021, art. 107, respeitando-se a vigência máxima decenal.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para aquisição do objeto desta Ata os recursos previstos correrão por conta das dotações que se fizerem necessárias às compras.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Caberá a contratada:

I - Fornecer toda a mão-de-obra especializada necessária para a adequada prestação dos serviços, responsabilizar-se por indenizações trabalhistas, inclusive as apuradas pela Justiça do Trabalho, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados ao Município e/ou a terceiros.

II - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, sem que isso venha a incorrer em ônus para o Município.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

III - Assumir a responsabilidade de todos os riscos enquanto o serviço não for concluído e recebido pelo Município, através da Equipe de Fiscalização.

IV - Obriga-se, durante a vigência do presente Contrato, a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital de abertura.

V - Indenizar terceiros e o Município, todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, ou após o seu término, em conformidade com o Código Civil Brasileiro.

VI - Obriga-se a cumprir fielmente as normas estabelecidas no Edital e este Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

VII – Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, indenizações trabalhistas, inclusive as apuradas pela Justiça do Trabalho, resultantes da execução do presente contrato.

VIII - Responsabiliza-se civil e criminalmente pela execução dos trabalhos, objeto deste contrato, bem como solidez e segurança dos serviços realizados, na forma da Legislação Civil e, por todos e quaisquer acidentes sofridos por empregados e prepostos seus, bem como quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de negligência ou imperícia de seus empregados ou prepostos, ou, ainda por fatos ou danos oriundos do equipamento utilizado para prestação do labor avançado.

IX – A CONTRATADA deverá atender às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego atinentes às atividades desempenhadas, em especial as de número 04, 05, 06, 07, 09, 12 e 17, incidindo a Contratada, nas penalidades previstas em contrato em caso de descumprimento.

X - A CONTRATADA deverá atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, estando ciente das infrações previstas no art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

XI – A CONTRATADA deverá cumprir, durante todo o período de vigência, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021.

XII - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

XIII - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

XIV - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

XV - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir



a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

I - A acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento, objeto deste contrato, através de seus fiscais.

II - Efetuar os pagamentos, desde que tenha havido o recebimento a aprovação dos produtos.

III - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

IV - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA.

V - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

O CONTRATANTE, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do Art. 104 e 156, incisos I, II, III, IV e §1º ao § 9º da Lei Federal nº 14.133/21, aplicará sanções, se houver descumprimento com o disposto no presente Contrato e/ou com a proposta apresentada.

II - Pelo atraso na prestação dos serviços, além do prazo estipulado, aplicação de multa na razão de 1% (um por cento), por dia de atraso, sobre o valor total da Nota de Empenho, até 5 (cinco) dias consecutivos de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada as penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses

III – Fornecimento em desacordo com o solicitado, não atendimento as impugnações, não correção e/ou reparo, será aplicada de multa na razão de 5% (cinco por cento), sobre o valor total da Nota de Empenho, por dia, que não poderá ultrapassar a 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação. Após esse prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses

IV - Quando da reincidência em imperfeição já notificada pela CONTRATANTE, aplicação de multa na razão de 2% (dois por cento), sobre o valor total da Nota de Empenho por reincidência, sendo que a CONTRATADA terá um prazo de até 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação dos serviços. Após 3 (três) reincidências e/ou após o prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

§ 1º. Com fundamento no artigo 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/21, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de São Jorge pelo prazo máximo de 3 (três) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 0,5% a 30% sobre o valor da contratação, a CONTRATADA que:

- a - dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b - dar causa à inexecução total do Contrato;
- c - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e - não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação formalização, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

§ 2º. Com fundamento no artigo 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/21, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 0,5% a 30% sobre o valor da contratação, a CONTRATADA que: que:

- a - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato;
- b - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução;
- c - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 3º. Para os fins da Subcondição “c” do § 2º, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 337-F, 337-G, 337-I, 337-J e 337-K do Código Penal.

§ 4º. Na aplicação das penalidades previstas a CONTRATANTE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe os artigos 156 e 157 da Lei n.º 14.133/21.

§ 5º. As penalidades serão registradas no cadastro da CONTRATANTE, quando for o caso.

§ 6º. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou CONTRATADA, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§ 7º. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

§ 8º. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a(s) outra(s).

§ 9º. Será facultada apresentação de defesa prévia na ocorrência de quaisquer das situações previstas, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses.

CLÁUSULA NONA - DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

No caso de incidência de uma das situações previstas neste edital, a licitante será notificada através do endereço eletrônico (e-mail) por ela informado no seu ato de vinculação ao certame; sendo que os prazos concedidos para manifestação fluirão, independentemente da confirmação de leitura da mensagem, após 24 (vinte e quatro) horas da data de remessa.

Será considerado justificado o inadimplemento, nas seguintes situações:

a - Acidentes que impliquem retardamento na execução dos serviços, sem culpa da CONTRATADA.

b - Falta ou culpa do Município.

c - Caso fortuito ou força maior, conforme previsto no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Sem que lhe possa ser atribuída responsabilidade de qualquer natureza, fica assegurado ao Município, o direito de fiscalizar o inteiro cumprimento do contrato, obrigando-se a CONTRATADA a facilitar aos fiscais, o acesso a todos os documentos, a fornecer informações e elementos que lhe forem solicitados e a cumprir as determinações que lhe forem feitas, tudo dentro dos prazos estabelecidos nas respectivas notificações.

§ 1º - A fiscalização do fornecimento contratado será efetuada por técnicos do Município e/ou por empresa contratada, que deverá(ão) dispor de amplo acesso às informações que julgar(em) necessários. E anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Constituirão motivos para a extinção do contrato, independente da conclusão do seu prazo, as previstas nos artigos. 137 a 139, todos da Lei Federal nº 14.133/2021, além dos motivos, no que couber:

a) razão de interesse público;

b) alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa contratada que venha prejudicar a execução do contrato;

c) mudanças da legislação em vigor sobre licitações, impossibilitando a execução do presente contrato;

d) descumprimento de qualquer cláusula contratual;

e) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva do acordado entre as partes;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

f) por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para o Município.

g) O contrato originado na presente licitação poderá ser rescindido, por qualquer das partes, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEI REGRADORA

A presente contratação reger-se-á pela Lei nº 14.133/21, o edital de Pregão nº 004/2024 e seus anexos, juntamente com normas de direito público, resolverão os casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Esta Ata fica vinculada ao processo licitatório modalidade Pregão Presencial Nº 004/2024 e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Nova Prata/RS, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas porventura emergentes da presente contratação.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas ao final subscritas, para que o mesmo produza todos os jurídicos e legais efeitos.

São Jorge - RS, de de 2024.

DANILO SALVALAGGIO
PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JORGE

CONTRATADA

Aprovado:
OAB/RS
Advogado